

Escolha é Constituinte ou o caos

Advertência é do PP, que reuniu sua Executiva ontem no Rio. Agora, diz o partido, "é Figueiredo quem decide"

Rio - "O Partido Popular adverte o Governo para as providências cabíveis no âmbito de sua competência de que está se agravando seriamente a crise institucional, econômica e social, gerando intoleráveis condições de vida para o povo, com riscos crescentes de ruptura, o que é dever de todos os brasileiros procurar evitar". Esta foi uma das quatro conclusões a que chegou a Executiva Nacional do PP, que se reuniu ontem, na residência de seu presidente, senador Tancredo Neves, em Copacabana, durante uma hora e meia. Na nota, o PP defende a convocação de uma Constituinte. Os entendimentos entre as oposições e crítica ao Estatuto dos Estrangeiros.

Participaram da reunião os senadores Tancredo Neves (MG) e Gastão Müller (MT) e Evlásio Vieira (SC); os deputados federais Magalhães Pinto (MG), João Menezes (PA), Miro Teixeira (RJ) e Carlos Cotta (MG); os ex-gover-

nadores Aluizio Alves e Roberto Santos, e o prefeito de Campinas, Francisco Amaral.

Eis a nota do PP: "Reunida hoje, a Comissão Nacional Provisória do PP analisou a situação política, econômica e social do país e os problemas que no momento preocupam o povo. Desse exame, resultaram as seguintes decisões:

1 - envidar todos os esforços para manter a unidade dos partidos de oposição, visando a restauração da ordem democrática, a humanização da economia e a implantação de um regime de justiça social que traduza as inspirações da doutrina social da Igreja e avivada esses dias entre nós, com grande oportunidade, pelo Papa João Paulo II;

2 - o PP está aberto aos entendimentos entre todos os partidos de oposição, visando a esses objetivos, participando das reuniões necessárias através de representantes que integrem uma comissão

interpartidária, a ser criada, levando as suas contribuições, ouvidas, as bancadas no Senado e na Câmara;

3 - manifesta, na oportunidade, a sua repulsa ao projeto governamental que objetiva dar ao país um novo Estatuto dos Estrangeiros, por ser absurdamente inconstitucional, por traumatizar os direitos fundamentais da pessoa humana e agredir as melhores tradições de hospitalidade brasileiras, desmorando de maneira desumana e cruel as normas de convivência multi-racial de que o Brasil tem sido, até hoje, exemplo para o mundo;

4 - por fim, adverte o Governo para as providências cabíveis no âmbito de sua competência, e que se está agravando seriamente a crise institucional, econômica e social, gerando intoleráveis condições de vida para o povo, com riscos crescentes de uma ruptura, que é dever de todos os brasileiros procurar evitar".



Teotônio: "Tomem cuidado"

O vice-presidente nacional do PMDB, Teotônio Vilela, advertiu ontem que a não-convocação de uma Constituinte poderá dar lugar a outra saída que não deseja: a "autonomia das ruas, num movimento de explosão, de ira, irracional" e que esse movimento poderá resultar no "desmembramento nacional".

A Constituinte é um elemento de convivência nacional. Se o Governo desagrega a nação pelo mau tratamento que dispensa ao homem — e a condução desse reformismo situacionista pode agravar ainda mais — e não convoca uma Constituinte, que é a força reaglutinadora da razão nacional, a explosão das ruas levará, inevitavelmente, ao fracassamento desse país.

Lembrou Teotônio Vilela, que, em outras palavras, essa advertência foi feita pelo Papa João Paulo II, de modo especial num dos seus pronunciamentos de Salvador, quando se referiu à possibilidade de solução de violência quando as reformas

Se o Governo não convocar uma Assembleia Nacional Constituinte, diz Teotônio Vilela, senador do PMDB e um dos principais articuladores de uma possível fusão das oposições, poderá ocorrer "uma explosão de ira, irracional, que poderá desajustar num desmembramento nacional".

Quem deseja um país dividido ao meio?

mais profundas não são promovidas.

A respeito das outras propostas que existem para uma nova ordem institucional, exclamou o vice-presidente do PMDB: "Chega de arbítrio, de dançar na corda. Tomem uma posição! A Constituinte é uma causa nacional e não uma pendenga pessoal. O momento não comporta propostas que confundem a opinião pública, que já está decidida e que se tinha alguma dúvida, a passagem do Papa acaba de dissipar".

A saída para os problemas da nação deve ser encaminhada por todos e não por simples conciliabulos de cúpula. A Constituinte é uma obrigação patriótica. Vai para ela quem quiser salvar o país. Quem quiser ficar com o convencionalismo da derrota, que fique impassível".

Para Teotônio, "a mentalidade estratégica do Governo (...) de ver em tudo um inimigo, arruinou a nação, mas também arruinou o poder; a nação e o poder estão em crise" — daí, a

ampliação da violência no país. A seu ver, essa "mentalidade estratégica" foi consolidada no campo doutrinário da ESG.

Salienta mais o dirigente oposicionista que tudo o que é proposto ao Congresso pelo Governo — inclusive a lei dos Estrangeiros — faz parte dessa "estratégia solerte".

A lei de enquadramento de todos os estrangeiros está dentro do espírito da ação do Cone Sul, que prevê um país sem fronteiras — ou as fronteiras móveis. Faz parte — repito — da mentalidade estratégica, que é eminentemente direitista — é fascista".

Após essas colocações, concluiu Teotônio Vilela: "se o jogo não é limpo, nenhum de nós (da Oposição) tem mais condições de transigir com esse jogo".

A única forma de estabelecer outro jogo — um jogo sério, o jogo dos verdadeiros democratas — é o da Constituinte. Quem quiser entrar nesse time, apresente-se e vamos testar nossas habilidades no campo e não nos gabinetes.

Tancredo aceita "poder constituinte" deste Congresso

O destino do país está nas mãos do presidente Figueiredo. Ou ele faz como o presidente Castello Branco, que deu poderes ao Congresso para elaborar uma nova Constituição, ou então vamos continuar no caos jurídico, que poderá levar o Brasil ao imprevisível".

A afirmação foi feita ontem, no Rio, pelo presidente do PP, senador Tancredo Neves. Segundo ele, "se for de todo inviável a convocação de uma Constituinte direta, livremente eleita, pelo povo, é preferível, face a gravíssima crise

institucional, que se faça a reforma constitucional através dos Poderes constituintes residuais do atual Congresso, mesmo com as falhas que poderiam advir".

Em vários grupos de oposição, acrescentou Tancredo, há um grande ansio de ver o país dotado de estabilidade jurídica e institucional. É este o sentido que se manifesta nas numerosas emendas constitucionais apresentadas por iniciativas isoladas de alguns parlamentares, e especialmente a Emenda Flávio Marinho, que traduz o incoercível ansio do Con-

gresso de recolocar o país nos parâmetros da legalidade democrática.

Para isso — continuou — bastaria que o Governo tomasse a iniciativa, como lhe compete, em face da ordem constitucional vigente, e o fizesse em termos de lealdade para com a Nação, permitindo a livre discussão de todos os temas que sacodem a alma nacional. Dessa forma, o Congresso poderia elaborar uma Constituição a altura de suas tradições jurídicas e que fosse um instrumento do seu desenvolvimento cultural e econômico.

Corrupção será bandeira da Frente Única de Oposição

O combate à corrupção e a revisão da Constituição como premissa para a convocação de uma Constituinte são os pontos fundamentais que os vice-líderes do PP no Senado, Evelásio Vieira, e na Câmara, deputado Walber Guimarães, colocam na mesa de negociação para uma ação comum dos partidos de oposição no Congresso Nacional.

Para o senador Evelásio Vieira a Nação, depois do escândalo das mordomias, está cada vez mais estorpecida com as denúncias de corrupção, sem que o Governo se preocupe em esclarecê-las. A reforçar sua tese, lembrou que, desde 1978, aguarda uma resposta a requerimento de sua autoria, solicitando ao Executivo informações "de forma clara e objetiva, a bem da moralidade pública", sobre xixine acusações de corrupção, envolvendo até ministros de Estado, publicadas na imprensa.

De sua parte, o deputado Walber Guimarães observa que em maio do ano passado apresentou à Mesa da Câmara requerimento de Constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar atos de corrupção praticados por órgãos da Administração Direta e Indireta, devendo ser criada logo após a reabertura dos trabalhos do Congresso, uma vez que duas das CPIs em funcionamento já concluíram os seus trabalhos e o seu requerimento, assinado por 144 deputados, independe de deliberação do plenário, que só se pronuncia quando o requerimento não conta com um terço de assinaturas, ou quando o pedido não se refere a fato determinado e com prazo certo.

Por sua vez, a direção nacional do Partido Popular, caso seja negada a CPI requerida pelo vice-líder Walber Guimarães, vai manter entendimento com as demais lideranças oposicionistas, para criação de uma CPI do Con-

gresso, nos termos do art. 37 da Constituição, segundo o qual "A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, em conjunto ou separadamente, criarão comissões de inquérito sobre fato determinado, e por prazo certo, mediante requerimento de um terço de seus membros".

Com isso, pretendem os dirigentes nacionais do PP fundir numa só CPI as denúncias que instruíram o requerimento do deputado Walber Guimarães, em número de 10, com as 20 indagações requeridas pelo vice-líder do partido no Senado, Evelásio Vieira, além das outras apontadas pelo deputado Alvaro Dias (PMDB - PR), no seu discurso proferido no "Pinga Fogo" da sessão da Câmara do dia 19 do mês passado, censurado pelo deputado Renato Azeredo (PP - MG), no exercício da presidência da Câmara.

Neste "Pinga Fogo", Alvaro Dias, depois de acentuar que suas denúncias representam "alguns dos inúmeros casos que atentam contra os interesses nacionais", prometeu voltar à tribuna para abordar a questão da terra, "presentemente frívola — a maior vítima do assalto estrangeiro na história da corrupção brasileira".

REVISÃO

Por outro lado, partindo do pressuposto de que a convocação de uma Assembleia Constituinte, "sob a égide da Carta outorgada, pela Junta Militar, em 1969, e das demais leis draconianas, editadas, notadamente no Governo Médici, período mais obscuro dos últimos tempos", não assegura a indispensável liberdade para um pronunciamento popular, Walber Guimarães pretende, antes disso, que seja restaurada, na sua plenitude, a Constituição de 67.

"Ninguém acredita mais no Governo", afirma Linhares

"Hoje a maior dificuldade é a falta de seriedade e de credibilidade do Governo. Ninguém acredita mais no que ele diz". A afirmação é do vice-líder do PP na Câmara, deputado João Linhares (SC), para concluir que, em razão disso, de nada adiantaria uma nova Constituição.

"Não adianta — acentuou — você estar reescrevendo palavras na Constituição se os que estão aí (referindo-se ao sistema revolucionário) não a respeitam".

Após explicitar sua tese, Linhares, que já foi vice-líder da ex-Arena no Governo Geisel, observou que nem a Constituinte, nem uma ampla reforma da Constituição, "não seriam a solução para os dias difíceis, incertos e inseguros que a sociedade brasileira vive nos campos econômico, político e social".

atuasse plenamente, "ainda que limitado pelos resquícios do arbítrio", já seria um grande avanço no exercício da democracia.

"Ora", notou, "como manobrar, tanto na área política como na empresarial, com um Governo cheio de imprevistos, de revisões, nos seus próprios passos, e que acena com juras libertárias e endurece na utilização dos resquícios da legislação excepcional, que, a esta altura, já deveriam ter sido revistas, conforme prometeu o Presidente quando ainda candidato?".

Segundo Linhares, até nas menores coisas o regime continua revolucionário, "como friso — se em plena revolução estiveres". A seu ver, a única saída, no momento, é uma mobilização nacional, no sentido de lembrar que "o sistema não é o único que sabe pensar, decidir e agir".

"É necessária a pressão popular, para que se mude isso que aí está", acrescentou Linhares, lembrando que foi através desse tipo de pressão que os agricultores e os rizeicultores conseguiram fazer com que o Governo reassumisse algumas de suas decisões técnico-financeiras.

Por outro lado, observou que ainda existe uma grande desconfiança por parte do sistema revolucionário com o Congresso e a sociedade. "O sistema — disse — acha que só ele sabe pensar, decidir e agir". Por isso entende que o País tem que voltar a se mobilizar, publicamente, em todos os seus setores, para reconquistar seus direitos e para que o Governo compreenda que ele faz parte do Estado e não é a Nação para decidir sozinho e querer obrigar que todo povo cumpra fielmente tais decisões, por mais absurdas que sejam".

Ulysses diz que Papa deixou testemunho

O presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães (SP), ao analisar a visita do Papa João Paulo II ao Brasil, afirma que "um povo orfão correu à procura de um Pai" e que "constituamos com o sim ao Papa, para evitar a destruição pelo não do arbítrio, libertando o povo pela Assembleia Nacional Constituinte antes que ele se liberte da injustiça pela explosão social interna".

Acrescentou que o Papa João Paulo II partiu, mas "ficou seu testemunho, isto é, a identidade do povo e seu pastor".

"O Papa partiu. Tanto como suas palavras, ficou seu testemunho, isto é, a identidade do povo e seu pastor. Ao sol, à chuva e ao frio, multidões saíram de casa para ver, ouvir e aclamar o companheiro, o líder universal dos pobres na luta por saúde, pão, casa, roupa, educação e lazer. Enfim, por trabalho livre das necessidades e não escravo delas. Não foi curiosidade ante um notável. Foi comunhão com um estadista, Estadista é o salvador. Em nome de Cristo contendeu a ambição de ter sempre mais, em lugar de ser sempre mais, com o consequente sacrifício de milhões a terem sempre menos. As explosões sociais internas ou a opressão externa são inevitáveis senão for ouvido o magistério de João Paulo II: "O bem comum da sociedade requer, como exigência fundamental, que a sociedade seja justa à persistência de injustiça, a falta de justiça, ameaça a existência da sociedade de dentro para fora, da mesma maneira que, tudo quanto atenta contra a sua soberania ou procura impor-lhe ideologia e modelos, toda chantagem econômica e política, toda força das armas pode amacá-la de fora para dentro".

"No plano secular — afirmou — que o Papa disse e as multidões aprovaram é a matéria-prima para os documentos democráticos e um governo democrático que garantem a participação de todos, sem discriminações e privilégios, no processo social, econômico e político desta Nação.

O compromisso fundamental de Cristo é com o homem. Coincidentemente, a democracia é substancialmente cristã, porque a democracia é criação do homem e nela o homem é fim e não meio.

O povo disse sim, ao mesmo povo que pela via e pelo voto tem dito não. É indispensável, enquanto é tempo, seguir esse sim e fugir desse não.

Concluiu conclamando: "Constituamos com o sim ao Papa, para evitar a destruição pelo não do arbítrio, libertando o povo pela Assembleia Nacional Constituinte, antes que ele se liberte da injustiça pela explosão social interna".

Lucena defende Constituição refletindo "um novo pacto"

Respalhando a posição já oficialmente estabelecida pelo PMDB, o senador Humberto Lucena, vice-líder do partido no Senado — atualmente no exercício da liderança — disse ontem que "a simples constatação de que a ordem jurídica brasileira foi profundamente erodida em 1964, com uma série de Atos Institucionais e Complementares, que liquidaram com a Constituição Federal", justifica por si só, a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte para a elaboração de um novo pacto social, no bojo de uma "Constituição que refleta, na realidade, todas as aspirações populares, nos campos político, econômico, social e cultural".

Além da ruptura institucional de 1964, o representante da Paraíba assinala que, "para completar o quadro de verdadeiro caos político-institucional do País, os três ministros militares, na sucessão do Marechal Costa e Silva, outorgaram, em 1969, uma nova Carta, evidentemente de índole ditatorial, pois ela, além de não representar os anseios populares, terminava por consolidar a vigência do Ato Institucional nº 5 e demais Atos Institucionais e Complementares em vigor".

— Tratava-se como se vê — afirma — de uma verdadeira mon-

truosidade jurídica, pois ao lado de uma série de normas que, até certo ponto, disciplinavam um governo democrático, subsistia o poder discricionário do Ato Institucional nº 5, com toda a sua potencialidade ameaçadora.

Em consequência — no entendimento do senador Humberto Lucena — "tornou-se bem claro o rompimento do pacto social entre o Governo e a Nação, o qual, nas democracias autênticas, é representado pela Constituição. Chegando-se a essa situação, somente uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita diretamente pelo povo, pode revigorar o poder político que, no caso, estaria colocado em mãos ilegítimas".

Sobre os pressupostos básicos que devem preceder à iniciativa, considera o senador Humberto Lucena que "a convocação deverá ser feita através de proposta de emenda constitucional, de iniciativa do Poder Executivo ou Poder Legislativo". E, demonstrando clara filiação ao pensamento do deputado Ulysses Guimarães, assinalou que "pode perfeitamente acontecer a Constituinte com João, isto é, convocada pelo próprio Presidente da República. O importante — sublinha — é a convocação".

Lyra pede ação comum, não fusão

Recife — O deputado Fernando Lyra (PMDB-PE), manifestou-se ontem contrário à fusão de todos os partidos oposicionistas sob uma única legenda, dizendo-se convencido de que a essa altura do processo político a melhor forma de se combater o Governo e o regime, é fazendo "oposição vigorosa". "Sem esquecer que a única saída pacífica para a crise econômica social e política em que o país se encontra é a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte".

— Lutamos — lembrou Lyra — para que ninguém saísse do MDB, mesmo depois de extinto. Infelizmente não conseguimos. Projetos pessoais, idealismo, fizeram com

que alguns companheiros abandonassem o MDB para tentar criar nos partidos. Depois disso tudo, acho que o que pode haver é um programa comum, partindo do princípio de que não existe democracia no Brasil.

O vice-líder do PMDB lamentou que na luta para a afirmação dos novos partidos políticos alguns oposicionistas tenham esquecido de que o inimigo comum é o regime, "que não objetiva proporcionalmente ao país um regime verdadeiramente pluripartidário". Por conta disso, reconhece que os trabalhos do Congresso nesse primeiro semestre foram pouco produtivos, face à perplexidade em que ainda se encontram boa parte dos seus integrantes.

Diniz, do PT, quer novo regime

São Luís. — O deputado federal Freitas Diniz (PT-MA), defendeu ontem a derrubada do atual regime e criticou os políticos liberais que pregam a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, e ao mesmo tempo, lançam candidaturas à Presidência da República e aos governos dos estados. Classificou essa última atitude de incoerente e contraditória, observando que "uma Constituinte pode inclusive decidir pela supressão dos cargos de Presidente da República e de governador de Estado, o que basta para demonstrar o absurdo em que mergulharam

esses candidatos". Para o deputado Freitas Diniz, a tese da Constituinte foi torcida e desfigurada nos últimos pronunciamentos de membros do Congresso, "que com ela pretendem resolver as dificuldades de meaduzia de liberais, e não os problemas angustiantes da grande maioria do nosso povo". Esses liberais, acrescentou, "estão apenas interessados no estabelecimento de uma regra jurídica, inexistente no atual regime, mas não em alterar o quadro econômico-social que sustenta a crise brasileira".